

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Inovação social, Sociedade Civil, Democracia e
Sustentabilidade

**ANÁLISE DA VIABILIDADE DE EXPANSÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E
EXTENSÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR MUNICIPAL**

08025036910

Florianópolis

2024

ANÁLISE DA VIABILIDADE DE EXPANSÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR MUNICIPAL

1- INTRODUÇÃO

Este capítulo do projeto pretende introduzir os temas, problemas identificados, objetivos da tese e justificativa da pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Os grupos organizacionais que circundam a região da grande Florianópolis se valem de diferentes instituições de ensino superior para capacitar novos empreendedores. Na região de Palhoça, agregando à formação de futuros administradores, há a Faculdade Municipal de Palhoça, uma instituição que tem como missão “Produzir, compartilhar e disseminar conhecimentos por meio do ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento humano, intelectual, tecnológico e sustentável do Município de Palhoça, de Santa Catarina e do Brasil”. Recentemente a instituição passou por uma mudança do corpo diretivo, o que promoveu o planejamento de melhorias e inovações institucionais. Uma das propostas de melhoria consiste na reestruturação dos projetos de pesquisa e extensão.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A missão da instituição objeto de estudo prevê, entre outros, o compartilhamento de conhecimentos por meio da pesquisa e extensão, o problema é que a faculdade está com poucos projetos em andamento. Ciente dessa demanda, a nova Reitora decidiu investir em melhorias, inovando e trazendo novos projetos de pesquisa e extensão. Essas, no entanto, vêm com algumas dificuldades.

Toda mudança de gestão gera desconforto e, quando não há um planejamento consolidado, o projeto pode não se sustentar a longo prazo. A capacidade de sobrevivência e as demandas da mudança podem ter o efeito contrário ao esperado: insatisfação de pessoal, dificuldades financeiras e na cadeia de suprimentos, desacordos das práticas do mercado e até inviabilidade do projeto como um todo. Sabe-se que o gestor, enquanto líder, é o espelho da organização, portanto é preciso cautela e consciência das ações tomadas no momento da introdução do projeto de pesquisa e extensão ao grupo.

A estratégia do projeto pode não ter um resultado viável se não for adequadamente construída. Essa reestruturação deve ter embasamento legal e se valer de aspectos de política

pública; do contrário, a instituição estará violando os princípios básicos da governança pública, em especial o da integridade e confiabilidade.

As práticas de mercado são aspectos de particular análise. Isso porque, considerando que a organização tem o caráter social, comprovar o compromisso e atendimento às necessidades da comunidade local se faz de extrema importância. Entender as ações modernas do mercado, com embasamento científico e considerando as demandas das partes interessadas na instituição é aspecto essencial de melhoria regulatória e de capacidade de resposta da governança pública.

No que tange o aspecto de gestão de pessoas, é usual haver alterações no clima organizacional quando há uma transição da alta gestão. A organização pode vivenciar mudanças no comportamento que tendem a afetar a produtividade - especialmente em instituições que trabalham com a intelectualidade, com a produção de conhecimento. A governança, por sua vez, precisa estar alinhada, bem servida de instrumentos facilitadores para dar suporte às novas implantações.

A partir das demandas levantadas, questiona-se: é viável investir em projetos de pesquisa e extensão em uma faculdade pública que atende a comunidade local? A partir dos pressupostos/hipóteses apresentados em relação ao contexto-problema explorado previamente, da questão-problema definida, a tese que defendo é que, com a aplicação de um plano de negócios, é viável implantar projetos de pesquisa e extensão em uma instituição que se caracteriza como faculdade pública, municipal, que atende a comunidade local.

1.3 OBJETIVOS

Todo projeto envolve a definição de objetivos. Este subcapítulo destaca os objetivos, geral e específicos, da pesquisa.

1.3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do projeto consiste em:

- Analisar a viabilidade de expansão de projetos de pesquisa e extensão em uma instituição de ensino superior pública municipal por meio de um plano de negócio.

1.3.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral do projeto, pode-se delimitar como objetivos específicos:

- Desenvolver um plano de reestruturação de projetos de pesquisa e extensão de uma instituição de ensino municipal;
- Discriminar planos de gestão estratégica, mercadológica, operacional, de recursos humanos e financeira que confirmem a viabilidade de investimento em projetos de pesquisa e extensão;
- Compartilhar aspectos de governança pública adotados em uma instituição de ensino municipal.

1.4 JUSTIFICATIVA/CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa visa contribuir com seus aspectos teóricos e empíricos a um grupo específico da sociedade. A pesquisa teórica colabora com as instituições, especialmente as de ensino, quando descobre as condições mínimas de observância ao se implantar mudanças de gestão. No âmbito empírico, a pesquisa se propõe a circundar o tema governança pública, o que gera efeitos para os estudos da área. A esfera pública também se beneficia, com os dados publicados, resultado da pesquisa, ao se valer de uma tese que suporta as decisões diretivas.

A maior contribuição, naturalmente, será da instituição em particular que se valerá dos conhecimentos acumulados e publicados a partir da pesquisa. Ao passo que se justifica internamente, servindo de mecanismo de liderança ao corpo diretivo da instituição, a comunidade local também se beneficia, já que passa a ter claro e de forma transparente as propostas e políticas de governança pública da instituição. Considerando que a maioria dos estudantes são trabalhadores da região, esses também podem se valer da tese defendida a fim de estabelecer relações com a alta gestão, ou, aos empreendedores, construir planos de negócio espelhados nesta pesquisa.

Este projeto pode ser vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), já que envolve pesquisas do ecossistema regional, além de estudar planos de políticas públicas. Todo o estudo da tese se delineia em torno dos princípios de políticas públicas, ele pretende construir mecanismos de liderança, direcionando aspectos inovativos com viés democrático em uma instituição pública, tendo, portanto, características atinentes à linha de trabalho: “Inovação social, Sociedade Civil, Democracia e Sustentabilidade”. A tese também ambiciona aproveitar as experiências e aprendizados do grupo de pesquisa para somar às ações de pesquisa e extensão.

Particularmente, este projeto está sendo desenvolvido por uma docente da instituição que, apesar da experiência com produção de planos de negócio para cursos técnicos, iniciou recentemente a orientação e a lecionar sobre planos de negócios no ensino superior. Ao

elaborar uma tese de fundamento e estrutura de um plano de negócio, busco consolidar e partilhar os conhecimentos apreendidos. Coincidentemente, a gestão diretiva também está passando pelo processo de integração na instituição que atuo, portanto, a troca de aprendizados será benéfica para ambas.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

Lana Montezano, líder de competências e aprendizagem na Anpad, e Antonio Izidoro, Coordenador do “Laboratório de Inovação e Estratégia em Governo” na UNB, trazem os aspectos essenciais a serem considerados ao implantar inovações em espaços organizacionais de governança pública. Para os autores (2020), a gestão pública deve considerar especialmente quatro dimensões: a) o ambiente da inovação, ou seja, as variáveis de produção ou limitação da inovação; b) a capacidade de inovar; c) o ciclo do processo de inovação em si e; d) os efeitos que a inovação produzirá, incluindo aspectos como clima organizacional, imagem da instituição e o desempenho da equipe.

Essas dimensões podem ser delineadas a partir de uma proposta de reestruturação construída por meio da estrutura do plano de negócio. É importante comentar que não há um modelo oficial de plano de negócio estabelecido na Administração, mas há aspectos comuns de análise dos estudiosos da área. O plano financeiro, sumário executivo e plano de marketing (BERNARDI, 2012; DOLABELA, 2008; SALIM, 2005) são etapas básicas, mas os autores (Ibidem) divergem sobre a presença de um capítulo inteiro no plano dedicado à área de Recursos Humanos. Bernardi (2012) defende em sua obra a necessidade de o plano de negócios ter um capítulo dedicado a estudar os aspectos táticos, quantificando metas e recursos essenciais ao plano de RH. Dolabela (2008) em seu consagrado livro “O segredo de Luiza” e Salim (2005), na contramão de Bernardi (2012), não preveem em suas estruturas de plano de negócios um capítulo especialmente dedicado à gestão de pessoas. A pesquisa pretende seguir a linha de Bernardi (2012), além de incorporar os outros planos já mencionados.

O projeto como um todo, especialmente a pesquisa-ação, vai circundar o tema governança corporativa. No Brasil, o primeiro registro legal foi apresentado em 1998, pela Emenda Constitucional nº 19, através da inclusão na Constituição Federal (1988) do princípio da eficiência. A lei principal de educação (LDB, 1996), por sua vez, prevê a gestão democrática do ensino público como princípio da educação nacional. Operacionalmente, cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU) atuar nesse aspecto, conferindo o nível de governança pública dos sistemas de gestão pública. Essa instituição se tornou referência no Brasil em prescrever documentos auxiliares da gestão, tais como “Política pública em dez passos” (Brasil, 2021) e “Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdictionados ao TCU” (Brasil, 2020). Esses documentos serão basilares da pesquisa.

3- METODOLOGIA

Este capítulo traz aspectos metodológicos essenciais da pesquisa da tese.

3.1 DEFINIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO ESTUDO

A pesquisa usa fontes de conhecimento do tema gestão pública. Quando investigados aspectos de governança, será explorado o objeto de estudo por meio de artigos modernos que demonstram práticas de políticas públicas inovativas e será conferida a validade por meio de documentos produzidos pelo Tribunal de Contas (Brasil, 2020; 2021) e pela legislação base, a Constituição Federal (1988) e a lei geral da educação, a LDB (1996). Além da natureza regulatória, o projeto de tese deve produzir uma pesquisa aplicada, fazendo uso observacional do microambiente organizacional e aplicando teorias empreendedoras para estudar a viabilidade da reestruturação na instituição objeto de estudo.

3.2 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa se caracteriza por ser quanti-qualitativa. O misto de métodos de pesquisa busca contemplar as diferentes abordagens dos temas. Em se tratando dos objetivos de reestruturação, efetivado pela produção dos planos de gestão estratégica, mercadológica e de recursos humanos, esses serão qualitativos, pois estudarão aspectos subjetivos sociais e contemplam estudos de mercado e da equipe interessada na instituição. Já o plano de gestão financeira e o plano operacional se caracterizam como abordagem quantitativos, pois projetam valores quantificáveis, econômico-financeiros, para a teses.

3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A pesquisa vai exigir estratégias de levantamento de dados e de pesquisa-ação. Os dados serão coletados intencionalmente, abrangendo a comunidade local e os servidores públicos e corpo diretivo, além de pesquisas com custos e valores monetários vigentes no período da pesquisa. A pesquisa-ação, por sua vez, visa contemplar as demandas da gestão e os efeitos das mudanças na comunidade acadêmica.

3.4 HIPÓTESES OU PRESSUPOSTOS DE PESQUISA

A hipótese levantada é a de que é viável estruturar projetos de pesquisa e extensão em uma instituição de ensino superior pública municipal. As variáveis de atenção nesta pesquisa são: demandas da sociedade, gestão pública universitária, aspectos econômico-financeiros e gestão de pessoas.

Delimita-se nas demandas da **sociedade**, as pessoas residentes em Palhoça (SC), especialmente as que residem próximas da instituição objeto de estudo. Essa variável será investigada por meio de um levantamento de demandas de pesquisa e extensão. A **gestão** pública universitária é apresentada, aqui, como o corpo diretivo de uma universidade municipal. Operacionalmente, essa variável será investigada por meio de estratégias de pesquisa-ação, analisando sob o viés da governança corporativa as singularidades características do momento da pesquisa, ou seja, o momento de troca de gestão.

Entende-se nesta pesquisa como aspectos **econômico-financeiros** os valores essenciais para a reestruturação do projeto de pesquisa e extensão. Esses aspectos serão desenvolvidos por meio da pesquisa de mercado, considerando a moeda corrente e o valor vigente no momento da pesquisa. Já no âmbito de gestão de **pessoas**, este investigará a equipe interna, composta de servidores públicos, efetivos e temporários. Essa variável será desenvolvida por meio de pesquisa de clima e motivação pessoal.

3.5 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa de campo abrangerá a população de Palhoça (SC), o corpo docente da instituição e o corpo diretivo da mesma. A proposta é produzir um questionário para a comunidade acadêmica e entrevistas para o corpo diretivo e docente. A fim de tornar a pesquisa viável, o questionário será aplicado a uma amostra intencional da população de Palhoça, incluindo estudantes da instituição e comunidade em torno da faculdade. A previsão é que a amostragem de uma população de 222 mil residentes, segundo IBGE, a pesquisa tenha 95% de grau de confiança e entre 5% e 10% de margem de erro.

A partir dos dados coletados na pesquisa será produzido o plano de negócios, especialmente o plano de RH, o plano estratégico e o plano de marketing. A pesquisa vai exigir a aprovação prévia do Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos. A pesquisa só passará a ser aplicada depois da validação do comitê. As evidências teóricas serão investigadas na legislação e documentos referência de governança pública. Outros documentos de base são os artigos científicos dos últimos anos sobre o tema.

3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados, resultado da pesquisa de campo, serão analisados após a pesquisa teórica e antes da produção do plano de negócios. O procedimento de análise dos dados deve considerar os princípios da governança pública, sendo eles: capacidade de resposta, integridade, transparência, equidade e participação, *accountability*, confiabilidade e melhoria regulatória

(Brasil, 2020). Os dados serão sumarizados na tese e transcritos, quando necessário, visando apontar alguma situação específica identificada durante a pesquisa de campo.

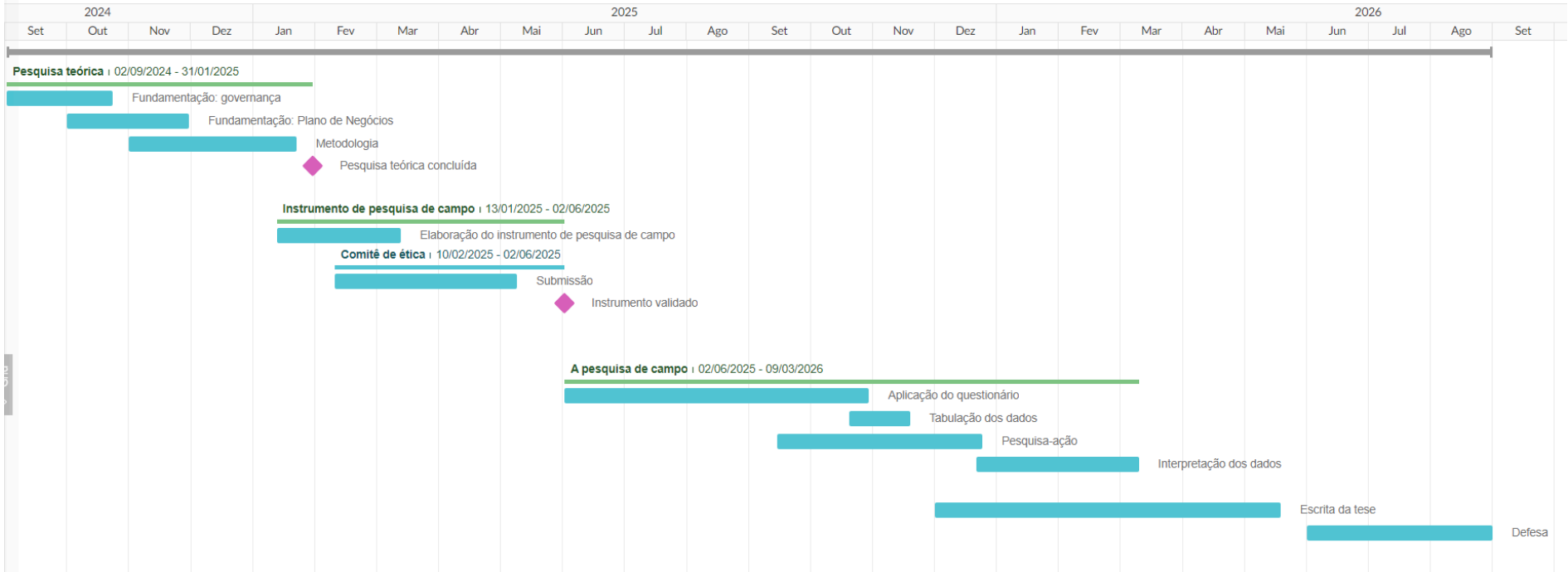
Como aspectos facilitadores da pesquisa, há a minha aproximação com a instituição, visto que faço parte do corpo docente. Outro aspecto a favor da pesquisa é o fato de eu já ter sido avaliadora de projetos empreendedores e de escrever livros didáticos de Administração há quatro anos, o que contribui para a produção da tese. Há a possibilidade de a publicação servir de base para a produção de artigos e/ou livros sobre plano de negócios aplicado à governança pública. Como proposta adicional, será verificado a possibilidade de ampliar a pesquisa de modo a contemplar todas as universidades municipais de Santa Catarina.

No que tange aos aspectos limitantes, a pesquisa só poderá iniciar após a aprovação do comitê de ética. Além disso, a instituição precisa aprovar e manter a aprovação até o final da tese na questão da identificação da instituição, podendo exigir a supressão de dados sobre a faculdade. Numa visão crítica ao fato de a pesquisadora ser docente da instituição, a pesquisa fica vulnerável a vieses e vícios da observação social. Por isso a importância de delimitar métodos claros e do comitê de ética para mitigar os riscos de enviesar a pesquisa.

4- CRONOGRAMA

A figura abaixo apresenta o cronograma do projeto da tese na estrutura de gráfico de Gantt.

Figura - Gráfico de Gantt



Fonte: primária.

É possível acessar o cronograma completo também neste link: [Gráfico de Gantt completo](#).

Como macro tarefas, o cronograma prevê as atividades:

1. Pesquisa teórica, previsto para ser realizado entre setembro de 2024 até janeiro de 2025. Essa etapa poderá ser realizada em paralelo com as aulas do doutorado, logo que o projeto for aprovado pelo orientador;
2. Instrumento de pesquisa, previsto para elaboração no primeiro trimestre de 2025 e aprovação do comitê de ética até o final do segundo trimestre do mesmo ano;
3. Pesquisa de campo, com prazo de aplicação do questionário em 4 meses e da entrevista (pesquisa-ação) até novembro de 2025. A interpretação de seus dados está prevista para ser realizada até janeiro de 2026;
4. Escrita da tese, feita com os dados já em mãos que inicia após a aplicação da pesquisa e deve ser finalizada em maio de 2026;
5. Defesa da tese, prevista para acontecer até agosto de 2026.

O prazo de elaboração da tese leva em consideração o tempo que a universidade estará de recesso no fim do ano, tempo que será aproveitado para elaborar o instrumento de pesquisa (2025) e para interpretar os dados e elaborar a escrita final da tese (2026). Também foi levado em consideração o recesso do comitê de ética, cujo calendário atual prevê apenas uma reunião em fevereiro e o aumento do número de reuniões a partir de março. Sendo assim, este projeto tem como intenção defender a tese no segundo semestre de 2026.

Os dados preliminares da aplicação da pesquisa de campo, após tabulados, podem ser aproveitados para produzir artigos científicos e outros materiais que forem interessantes para o grupo de pesquisa. Essa atividade pode acontecer a partir de dezembro de 2026. Anterior a isso, no período de janeiro a março de 2025 é possível também aproveitar o produto da pesquisa teórica para elaborar materiais para publicação.

5- REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federativa da República do Brasil, de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Política pública em dez passos. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021. Disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/politica-publica-em-dez-passos.htm>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020. Disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-publica-a-3-edicao-do-referencial-basico-de-governanca-organizacional.htm>. Acesso em: 27 mar. 2024.

IBGE CIDADES. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/palhoca. Acesso em: 27 mar. 2024.

MONTEZANO, L.; ISIDRO, A. Proposta de Modelo Multinível de Competências para Gestão Pública Inovadora. Future Studies Research Journal: Trends and Strategies, ed. 12 v. 2, pp. 355-378, 2020. Disponível em: <https://www.revistafuture.org/FSRJ/article/view/491>.

Acesso em: 27 mar. 2024.